



PORTARIA N. 288, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XXXI, do Regimento Interno e atendendo ao disposto no art. 54, inciso III, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, e ao item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário de 29 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Publicar, na forma do anexo I, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2018, consoante previsto no art. 55, § 2º, da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 2º Publicar, na forma do anexo II, o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal, em cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, de 29 de março de 2017.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2017 A AGOSTO DE 2018
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	LIQUIDADAS															
	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABRIL/2018	MAIO/2018	JUNHO/2018	JULHO/2018	AGOSTO/2018	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	78.536.334,66	79.080.840,77	128.343.025,10	107.467.759,19	109.151.555,79	82.107.768,65	83.186.243,73	82.685.058,69	83.060.406,02	85.318.035,34	83.580.833,22	83.866.898,30	1.086.384.759,46	5.086.154,93	1.091.470.914,39	
Pessoal Ativo	52.202.746,91	52.271.629,05	86.342.445,26	73.470.056,25	67.768.141,71	54.547.771,08	54.829.719,15	54.733.928,70	54.210.864,58	56.892.720,22	55.197.292,05	55.185.272,52	717.652.587,48	5.086.154,93	722.738.742,41	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	44.558.963,39	44.659.341,00	70.448.789,47	65.570.728,28	59.848.540,02	46.625.318,67	46.888.143,48	46.885.435,13	46.375.487,43	48.934.843,21	47.265.155,06	47.469.518,77	615.530.263,91	5.086.154,93	620.616.418,84	
Obrigações Patronais	7.643.783,52	7.612.288,05	15.893.655,79	7.899.327,97	7.919.601,69	7.922.452,41	7.941.575,67	7.848.493,57	7.835.377,15	7.957.877,01	7.932.136,99	7.715.753,75	102.122.323,57	0,00	102.122.323,57	
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdenciários																
Pessoal Inativo e Pensionistas	26.333.587,75	26.809.211,72	42.000.579,84	33.997.702,94	41.383.414,08	27.559.997,57	28.356.524,58	27.951.129,99	28.849.541,44	28.425.315,12	28.383.541,17	28.681.625,78	368.732.171,98	0,00	368.732.171,98	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	22.320.726,09	22.796.350,06	35.518.107,90	28.830.925,20	35.173.878,34	23.423.079,48	24.177.093,52	23.793.723,41	24.640.129,08	24.211.239,73	24.158.033,14	24.481.022,46	313.524.308,41	0,00	313.524.308,41	
Pensões	4.012.861,66	4.012.861,66	6.482.471,94	5.166.777,74	6.209.535,74	4.136.918,09	4.179.431,06	4.157.406,58	4.209.412,36	4.214.075,39	4.225.508,03	4.200.603,32	55.207.863,57	0,00	55.207.863,57	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	26.361.095,81	26.806.144,60	17.596.625,78	2.491.063,59	41.605.131,52	27.647.232,23	28.474.039,69	28.034.171,33	29.038.738,37	28.484.741,08	28.446.546,44	1.798.109,65	286.783.640,09	0,00	286.783.640,09	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	27.508,06	27.592,39	203.899,25	101.191,36	27.920,92	28.492,46	30.052,06	57.761,02	48.194,65	35.186,75	38.368,79	112.043,11	738.210,82	0,00	738.210,82	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	-30.659,51	0,00	2.384.230,48	193.796,52	58.742,20	87.463,05	25.280,32	141.002,28	24.239,21	24.636,48	146.516,49	3.055.247,52	0,00	3.055.247,52	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	26.333.587,75	26.809.211,72	17.392.726,53	5.641,75	41.383.414,08	27.559.997,57	28.356.524,58	27.951.129,99	28.849.541,44	28.425.315,12	28.383.541,17	1.539.550,05	282.990.181,75	0,00	282.990.181,75	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	52.175.238,85	52.274.696,17	110.746.399,32	104.976.695,60	67.546.424,27	54.460.536,42	54.712.204,04	54.650.887,36	54.021.667,65	56.833.294,26	55.134.286,78	82.068.788,65	799.601.119,37	5.086.154,93	804.687.274,30	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	770.352.095,045,15	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	804.687.274,30	0,104457%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.724.117.320,40	0,223809%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = $(0,95 \times V)$ (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.637.911.454,38	0,212619%
LIMITE DE ALERTA (VII) = $(0,90 \times V)$ (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.551.705.588,36	0,201428%

FONTE: Tesouro Gerencial e SIAFI Operacional, Secretaria de Orçamento e Finanças, dia 10/09/18 às 14:25h

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA(S):

1. Foram cancelados, no mês de julho/2018, um total de R\$ 2.401.827,44 de RP não processados, sendo R\$ 817.532,84 na rubrica de Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis e R\$ 1.584.294,60 na de Pensões. Concomitantemente, parte deste valor foi excluído das Despesas Não Computadas, na rubrica de Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração, no valor de R\$ 1.618.161,68, por se enquadrarem também neste item.

2. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

LÚCIO GUIMARÃES MARQUES
Diretor- Geral

FABIANA BITTES VEYL
Secretária de Orçamento e Finanças

DIOCÉSIO SANT'ANNA DA SILVA
Secretário de Auditoria Interna
Substituto

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-
 PLENÁRIO. ITEM 9.4
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO DE 2017 A AGOSTO DE 2018

				R\$ 1,00
				DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				1.091.470.914,39
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				286.783.640,09
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				804.687.274,30
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				770.352.095.045,15
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,104457%
				% DA RCL
				VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,224450% 1.729.055.277,33
	Resol CNI 5/2005	Ato decorrente \2:	Resol CNI 5/2005	0,224276% 1.727.714.864,68
	Resol CNI 26/2006	Ato decorrente \2:	Resol CNI 26/2006	0,224226% 1.727.329.688,64
	Resol CNI 177/2013	Ato decorrente \2:	Resol CNI 177/2013	0,223809% 1.724.117.320,40
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3			-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

- \2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
- \3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

LÚCIO GUIMARÃES MARQUES
Diretor- Geral

FABIANA BITTES VEYL
Secretária de Orçamento e Finanças

Diocésio Sant'Anna da Silva
Secretário de Auditoria Interna
Substituto